

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ - FAG

LETÍCIA DE AZEVEDO

PATRICIA NAYARA SOUZA GONÇALVES

**A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROMOTORA NA
FORMAÇÃO DE EDUCANDOS PRÓ-ATIVOS EM SUAS ATITUDES PARA COM A
NATUREZA**

CASCABEL

2020

LETÍCIA DE AZEVEDO

PATRICIA NAYARA SOUZA GONÇALVES

**A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROMOTORA NA
FORMAÇÃO DE EDUCANDOS PRÓ-ATIVOS EM SUAS ATITUDES PARA COM A
NATUREZA**

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso: Artigo, do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG.

Professora Orientadora: Marilena Lemes Marques Salvati.

CASCADEL

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ - FAG

**LETÍCIA DE AZEVEDO
PATRICIA NAYARA SOUZA GONÇALVES**

**A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROMOTORA NA
FORMAÇÃO DE EDUCANDOS PRÓ-ATIVOS EM SUAS ATITUDES PARA COM A
NATUREZA**

Trabalho apresentado no Curso de Pedagogia, do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Marilena Lemes Marques Salvati.

BANCA EXAMINADORA

Marilena Lemes Marques Salvati
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista

Jussara Chagas De Lima
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista

Jean Carlos Coelho
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista

Cascavel/PR, 20 de outubro de 2020.

A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROMOTORA NA FORMAÇÃO DE EDUCANDOS PRÓ-ATIVOS EM SUAS ATITUDES PARA COM A NATUREZA

AZEVEDO, Leticia de¹
GONÇALVES, Patricia Nayara Souza²
SALVATI, Marilena Lemes Marques³

RESUMO

Este artigo tem como finalidade apresentar o desdobramento histórico das questões ambientais no mundo, bem como no Brasil, cuja finalidade é articular a importância desta área do conhecimento no fazer escolar. Esta pesquisa, decorrente da problemática e objetivos apresentados no Pré-Projeto, se depreendem nesta. O estudo inicia-se com uma breve historicidade sobre a preocupação com o Meio Ambiente, a partir da década 80/90, articulada com as Conferências Internacionais e ao protagonismo da ONU. Denotam-se os discursos contemporâneos como o de Greta Thunberg em urgência para com esta discussão. Demonstram-se também, como os Governos Brasileiros respondem a esta situação, e por fim, chega-se ao papel da educação escolar perante esta finalidade educativa dos estudantes em prol de gerações de crianças e jovens com uma nova consciência de atitude, para com a relação homem e meio ambiente. Para fundamentar este estudo, as principais referências bibliográficas utilizadas foram: Albuquerque; Bonachela; LDB; PCN; Carta Encíclica, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente. Educação Ambiental. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema “A Emergência de uma Educação Ambiental como Promotora na Formação de Educandos Pró-Ativos em suas atitudes para com a Natureza”, e busca representar o desenvolvimento das características gerais apresentadas no Pré-Projeto. O Pré-Projeto expôs algumas problemáticas e objetivos a serem traçados, e a presente pesquisa procura responder estas questões. A problemática norteia-se em desenvolver projetos que correspondam à sustentabilidade, principalmente nas escolas, tendo como objetivo a identificação de mudanças no meio ambiente, comunicação nas práticas de sustentabilidade com a sociedade e apresentação dos documentos oficiais.

Nesse sentido, primeiramente apresenta-se as Conferências realizadas entre a década de 1980/90, cuja bandeira é a preocupação mundial com a devastação do meio ambiente, e discussões essas que foram engendrando legislações e normativas para novas relações e

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: leticia_visual@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: paatigoncalves123@outlook.com

³Professora Orientadora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: marilenasalvati@hotmail.com

sociabilidades entre os homens e o meio ambiente, a exemplo da Conferência de Estocolmo e a Rio/92.

Ainda, se traz a tona os discursos mais contemporâneos sobre o assunto como a jovem ativista ambiental Greta Thunberg, demonstram-se como os governos no Brasil, ao longo desses últimos 20 anos, protegeram ou não o meio ambiente nesta sociedade. E por fim, destaca-se um diálogo com os documentos governamentais para educação, em prol da formação de gerações de crianças e jovens com consciência sobre o meio ambiente.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PANORAMA SOBRE O DEBATE DO MEIO AMBIENTE

As questões ambientais são marcantes em nosso país, visto que sempre nos deparamos com problemas em todas as regiões. É extremamente comum entrar nas redes sociais e encontrar matérias expondo acontecimentos trágicos na sociedade, no entanto encontramos com facilidade métodos de melhorias para a população, afinal a sociedade tem focado para auxiliar nas intervenções relacionadas a estes quesitos. É importante salientar as especificidades dos programas que trabalham os aspectos do meio ambiente, pois é necessário entender as organizações desde o início de tudo, deste modo, torna-se relevante a apresentação da ONU e PNUMA, e consequentemente suas contribuições com o todo.

A ONU (Organização das Nações Unidas) é responsável por realizar organizações voluntárias entre os países, com foco na paz e desenvolvimento, consequentemente entram em destaque as questões e organizações referentes ao ambiente. De acordo com a ONU (2020), as questões ambientais surgiram há séculos, os primeiros impasses foram resultados da industrialização, visto que este novo meio econômico acarretava gravemente o ar e o ambiente como um todo, em consequência dessa movimentação os problemas começaram se agravar.

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos comentários foram gerados referentes à energia nuclear, que resultava em poluição por radiação. Estes sinais do meio ambiente trouxeram medo à população, tendo em vista que causou algo novo e perigoso. Os movimentos ocasionaram problemas na sociedade, por conta disso Rachel Carson (1962) publicou seu livro: “A Primavera Silenciosa” como forma de chamar atenção da população sobre o uso de inseticidas na área agrícola, representando a agressividade do meio ambiental.

Ao final da década de 1960, a questão de cuidado com o ambiente foi vista e colocada em prática, pois a questão se tornou global para o bem maior da sociedade. Segundo a ONU (2020), em 1972 ocorreu na Suécia a Conferência de Estocolmo, que foi denominada como Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

O evento foi um marco e sua Declaração final contém 19 princípios que representam um Manifesto Ambiental para nossos tempos. Ao abordar a necessidade de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano”, o Manifesto estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas (ONU, 2020).

Essa Conferência teve como objetivo oficializar a organização de mudanças no meio ambiente, relacionando diversos cuidados para que as gerações pudessem ter um futuro limpo e saudável. Após esta Conferência, a Assembleia Geral organizou um novo programa para melhor atender este aspecto ambiental: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Para a ONU (2020), este programa tem como foco “os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas”.

Após estes programas, muitos cargos foram tomados, projetos idealizados e organizações enormes prontas para atender a sociedade. É necessário entender a importância destes programas, visto que eles auxiliam os meios para trabalhar com os problemas existentes, que infelizmente estão cada vez mais presentes na realidade social.

Além da Conferência de Estocolmo, ocorreram outras conferências que tiveram total importância nas atividades ambientais que temos hoje no nosso país, pois elas visam à qualidade do meio, com projetos e organizações de mudança. Entre elas, temos: ECO- 92 ou RIO - 92, Joanesburgo (Johanesburgo ou RIO +10) e RIO+20.

De acordo com a ONU (2020), em 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro (ECO 92, ou RIO 92), esta ficou conhecida como Cúpula da Terra, que desenvolveu projetos de ações diretamente ligados a tudo que a Conferência de Estocolmo já havia iniciado. A agenda 21 foi estabelecida neste evento e ficou conhecida como uma organização global de proteção aos projetos sustentáveis. Este plano de ação foi utilizado por diversos governos, uma vez que visava radicalmente o olhar para o meio.

Na Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no

qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos (ONU, 2020).

Em 2002, ocorreu a Conferência em Joanesburgo (Johanesburgo ou RIO+10) na África do Sul. Essa conferência teve como foco o balanço de todas as evoluções que foram idealizadas em 1992 na Cúpula da Terra, representando dados positivos e negativos. Este encontro foi de grande importância, pois “foi uma Cúpula de “implementação”, concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis”. Ainda, segundo a ONU (2020) essa Conferência focou nas questões de pobreza, saneamento básico, energia, saúde e biodiversidade, pois havia necessidade de organizar meios de solução para todos os aspectos negativos do país.

Em conformidade com o site RIO + 20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20), ocorreu no Rio de Janeiro em 2012, esta obteve este nome, pois foi realizada 20 anos após a RIO-92. De acordo com o site, assim como as outras, esta Conferência teve o objetivo de olhar todas as mudanças que ocorreram durante os anos, demarcando assim grande importância para todos os países. Foi realizado um balanço de todas as atividades desenvolvidas, buscando os erros e acertos nos projetos que estavam em andamento. Após toda essa análise com os representantes da ONU, novos meios de representações ocorreram para realizar soluções nos projetos existentes, e assim novos progressos foram criados, pensando em meios positivos sem interferir a saúde do meio ambiente.

A Conferência teve como tema “o futuro que queremos” e enfoque na inclusão social e sustentabilidade socioambiental. O objetivo era discutir sobre a renovação de compromisso político com a sustentabilidade. Uma das vertentes da conferência foi a “formação cidadã voltada para um novo padrão de consumo, uma nova ética de solidariedade e convivência e uma nova ordem socioambiental que garantam o desenvolvimento de sociedades sustentáveis” (BRITTO, 2012, p. 1). Transformação que deve ser trazida para os cursos de formação docente, currículos, ou seja, em todos os âmbitos educacionais.

Britto (2012) destaca que:

Trata-se, na essência, de ultrapassar uma visão utilitarista da educação escolar, que reduz o processo educativo à função de formar mão de obra, para alcançar uma visão holística, que entende a escola como instituição disseminadora de valores, estimuladora do pensamento crítico e comprometida com a coletividade (BRITTO, 2012, p. 2).

Dessa forma, pode-se observar a pertinência da Educação Ambiental nas instituições de ensino. Esta se faz transformadora e evolutiva para o indivíduo se tornar crítico e autônomo de seu cotidiano. Sabe-se que todas as realidades são diferentes, mas em todas está presente o meio ambiente e a ação do ser humano com ela, por isso o conhecimento ambiental se torna transformador.

É importante ressaltar que essas conferências não são discutidas somente por brasileiros, mas pessoas de todo o mundo, diversos membros importantes de vários países, pessoas que se organizaram e tentaram estabelecer momentos de trocas, pois o mundo exige isso, visto que os problemas estão em todos os lugares. É a partir da empatia com o outro que as movimentações e projetos começaram a acontecer. A ONU foi fundamental como uma propulsora no debate mundial sobre o meio ambiente, pois foi através deste programa que existem meios de sustentabilidade na sociedade atual.

2.2 A RELAÇÃO DO BRASIL NA INTERFACE COM A QUESTÃO AMBIENTAL

É necessário ressaltar os aspectos ambientais nos últimos governos, abarcando suas especificidades negativas e positivas com relação aos projetos, deste modo, serão apresentados os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Messias Bolsonaro.

O Governo Lula deu-se início em 2003, onde o Presidente buscava solucionar os aspectos ambientais da melhor forma, realizando consultorias através de seus ministros e projetos. Segundo o site do Ministério do Meio Ambiente, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva trouxe diversos projetos e Unidades de Conservação no País, demonstrando que o governo realizou melhorias positivas, pois implantou decretos que enfatizam as questões de prioridade com o meio ambiente.

Em 2007, segundo notícias no site do Ministério do Meio Ambiente no Governo Lula, a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva foi premiada pelas Nações Unidas com referência na questão ambiental. O *Champions of the Earth* (Campeões da Terra) foi designado para pessoas selecionadas que agiram com precisão em projetos voltados para o meio, no caso da Ministra do Meio Ambiente no Brasil, o foco foi na floresta Amazônica, onde a mesma realizou bons trabalhos referentes à preservação. Segundo o site oficial, os prêmios acontecem desde 2004, e buscam enaltecer os que contribuem com o meio através de cerimônias.

Os premiados são selecionados por um painel de alto nível, a partir de indicações que o Pnuma recebe. O prêmio não reverte em dinheiro. Ele é simbolizado por uma escultura de metal reciclado, assinada pelo queniano Kioko, que simboliza os quatro elementos fundamentais à vida: sol, ar, terra e água (BRASIL, 2007).

Deste modo, o Governo Lula ganhou visibilidade através de seu grupo de trabalhadores, visto que estes prêmios levam total notoriedade ao país, abarcando total rendimento positivo ao público.

O Governo Dilma iniciou-se em 2011, onde a Presidenta buscava solucionar os aspectos ambientais como o governo anterior vinha fazendo, porém, de acordo com o site O Globo, Marina Silva levantou críticas relacionadas ao governo de Dilma, pois apresentava fatos nada positivos com os projetos existentes. De acordo com a ex-ministra do Meio Ambiente, na gestão Dilma houve retrocessos ambientais que acarretaram pontos negativos em relação ao desmatamento na Amazônia.

Já o Governo Bolsonaro deu-se início em 2019, onde o Presidente estabeleceu comandos diferentes aos outros governos, visto que os ideais mudam de acordo com partidos e pessoas. Uma questão polêmica deste governo foi o fato de não haver o Ministério do Meio Ambiente, projeto que faz total diferença nas questões ambientais do país.

Em 2019, o Jornalista André Trigueiro destacou a posição do atual Presidente Jair Messias Bolsonaro em uma coluna no G1, onde o mesmo fez pronunciamentos ao montar a equipe dos ministros, ressaltando a possibilidade de não ter um Ministro para o Meio Ambiente. Segundo o jornalista, após pessoas importantes alertarem o Presidente que esta decisão agravaria diretamente na sua carreira política, o mesmo decidiu manter o Ministério do Meio Ambiente, porém, deixou evidente que isso não mudaria seu pensamento antipático com este assunto. O Jornalista ainda ressaltou “embora sempre diga que seu governo quer proteger o meio ambiente, esse posicionamento costuma vir acompanhado de alguma ressalva do tipo, mas isso não pode atrapalhar o progresso do Brasil” (TRIGUEIRO, 2019).

Apesar de notas e pronunciamentos, o Ministério do Meio Ambiente permaneceu sob o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, e através deste programa muitas coisas positivas começaram a acontecer no país. Conforme o site oficial há diversos projetos na sociedade, especificando os processos e as contratações para melhor solucionar os impasses com o meio. O atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles apresenta as características no site, com problemáticas e meios de resolução conta com as contribuições de contrato e parcerias.

Como exemplo de conteúdo no site temos as queimadas, que infelizmente trouxeram diversos problemas na sociedade, ocasionando preocupação para todos. As queimadas têm se tornado muito comuns, principalmente em épocas mais quentes onde o período seco predomina. “Historicamente, no período de seca, as queimadas disparam no país. Com a pandemia, esse quadro se agrava ainda mais. Por isso, o ministério não mediu esforços para ampliar significativamente a contratação de brigadistas” (SALLES, 2020).

A postura é positiva, o que agrega nas posições de resolução e cuidado com o que não foi afetado. Os brigadistas tem papel principal nestas ocasiões, pois são qualificados para o trabalho com queimadas, estes são responsáveis pela monitoração do ambiente, sempre com olhar de precaução com o todo. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o programa de brigadista somou imensamente na vida de muitas pessoas, como os indígenas e quilombolas, de modo que representou supervisão no território desses indivíduos.

É necessário que se contemple de um modo geral todos os pontos que o meio ambiente vem sofrendo, pois de forma direta ou indireta é a sociedade que paga por esses resultados. O site oficial do Ministério do Meio Ambiente traz inúmeros relatos para deixar a população por dentro das complicações que acontecem, são momentos de tristeza, mas não há motivos de queixa com a relutante união das pessoas para honrar um bem maior, o futuro.

O site conta com diversas temáticas, como exemplo: Combate ao Lixo no Mar, Resíduos Sólidos, Áreas Verdes Urbanas, Qualidade do Ar, Saneamento e Qualidade das Águas, Áreas Contaminadas, e etc. Um leque de problemas que são estudados e organizados para resultar nas melhores soluções. Estas temáticas se relacionam com as condições que a sociedade vem vivendo, é importante salientar as transformações que acontecem com os projetos, pois de fato, as organizações e movimentações do Ministério do Meio Ambiente vêm para dar suporte a todos.

Existem recursos constitucionais que amparam a questão ambiental na sociedade, visando sempre o cuidado e suas transformações positivas, de modo que amplie o conhecimento e desenvolva condições de realizações para atender a comunidade. De acordo com a Lei, nº 6.938/81, Art. 2º:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado

da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Felizmente as condições de realização são ativas, e todos contribuem para que as coisas caminhem nas condições corretas. É importante salientar as multas que podem ser acionadas pelo IBAMA caso algo ou alguém esteja fazendo mal para o meio ambiente, sendo variada com seus valores, julgando a gravidade de tal ação. Os contribuidores do Ministério do Meio do Ambiente não trabalham sozinhos, eles contam com o apoio do IBAMA e da sociedade, tendo como foco principal a contribuição dessa população, uma vez que as interferências ambientais ocorrem devido ao posicionamento de vida de cada habitante do país.

É evidente que o Brasil tem realizado projetos para trabalhar em prol destas problemáticas, o governo se faz presente em meio à crise, posicionando suas prioridades no presente e futuro. Não há posicionamento de só uma gestão governamental, tudo deve ser trabalhado em conjunto, organizando e reorganizando os projetos existentes, e se possível trabalhar em prol de mais melhorias que tragam benefícios para a sociedade.

2.3 VOZES CONTEMPORÂNEAS EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Em 2019, Greta Thunberg iniciou seu discurso na Conferência do clima da ONU, afirmando que não podemos ignorar a Ciência, pois é a partir dela que temos informações e dados perante o meio ambiente. A Ciência traz números e fatos da influência do ser humano com a natureza, seja ele benéfico ou maléfico. Thunberg (2019) enfatizou o número de gás carbônico que é emitido no período anual, sendo em nível global por transportes e indústrias, resultando no aquecimento global, no qual mata e desaloja milhares de pessoas devido às crises climáticas.

Thunberg (2019), afirma que cientistas e ativistas orientam que se mantenha a estabilidade do clima para que futuramente tenha-se a chance de evitar situações irreversíveis ao clima e ao meio ambiente, na medida em que com o aquecimento global as geleiras estão derretendo e cada grau que se mantenha em estabilidade importa muito.

Ainda em seu discurso, Thunberg (2019) ressalta sua indignação perante as reações do ser humano diante dos dados e fatos relacionados ao meio ambiente, são números alarmantes, que não alarmam o povo e muito menos os governantes. Além disso, menciona o fato de ter a

oportunidade de viajar o mundo e perceber que a falta de consciência ambiental, é de fato, global.

Em consonância com o discurso de Thurberg, cita-se a carta encíclica do Papa Francisco (2013) sobre o cuidado da casa comum. Esta traz importantes ideias sobre sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente, citado como “nossa casa”.

Conforme Francisco (2013), “o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar.” Desta maneira, é demonstrada a preocupação do cuidado com a natureza, tendo como foco a união de todas as nações para que exista um desenvolvimento sustentável resultando em uma casa melhor para as futuras gerações, visto que esta casa é comum a todos. O Santo Padre afirma ter interesse em incentivar e encorajar a humanidade para cuidar e proteger a casa comum, de modo que esta ainda tem potencial para ser salva.

Além disso, o Papa enfatiza a intenção dos jovens dizendo que eles “interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos”, trazendo assim a questão da sustentabilidade para garantir um futuro melhor para o planeta e também para as gerações que ainda virão.

A carta encíclica traz um apelo do líder de uma religião, apresentando debates pertinentes a todos, mas que infelizmente não é valorizado por muitos. Francisco (2013), afirma que:

Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. O movimento ecológico mundial já percorreu um longo e rico caminho, tendo gerado numerosas agregações de cidadãos que ajudaram na conscientização. Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros. As atitudes que dificultam os caminhos de solução (...) (FRANCISCO, 2013, p. 5).

Esta afirmação ocorre pela falta de união e conscientização que se tem sobre o meio ambiente de modo global. Há muitos que lutam e se impõem a partir desta questão, mas há aqueles que visam lucro e consumismo, resultando em acúmulos desnecessários para o planeta.

A contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se à intensificação dos ritmos de vida e trabalho. Embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as ações humanas contrasta com a lentidão natural da evolução biológica (FRANCISCO, 2013, p.6). O capitalismo movimenta o

consumo de maneira exagerada e o meio ambiente não está preparado para reparar-se à mesma velocidade em que são extraídas matérias-primas e jogado poluição em mares e atmosferas.

Segundo Francisco (2013), a exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta sucessão de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras. A redução destes gases poluentes atmosféricos pelos países desenvolvidos é algo que interferirá diretamente na sociedade atual e futura. Devido aos altos índices de poluição atmosférica causada pelo transporte, pelos fumos das indústrias, pelas descargas de substâncias que contribuem para a acidificação do solo e da água, pelos fertilizantes e agrotóxicos em geral, reflete no cotidiano de todos, resultando no aquecimento global, tendo como consequência a mudança climática.

O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos [...]. Nas últimas décadas, este aquecimento foi acompanhado por uma elevação constante do nível do mar, sendo difícil não o relacionar ainda com o aumento de acontecimentos meteorológicos extremos, embora não se possa atribuir uma causa cientificamente determinada a cada fenômeno particular (FRANCISCO, 2013, p. 8).

Com a poluição e degradação do meio ambiente, a natureza responde de forma consonante à maneira em que é tratada. Com o aquecimento global, aumento de temperaturas, falta de definições das estações, aumento do nível do mar - no qual acaba invadindo e destruindo cidades. Estes resultados são o reflexo da ação do homem com o meio ambiente.

Ainda que a destruição seja maior que a conscientização, o Santo Padre ainda vê e observa esperança na humanidade, assim, “nota-se uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza, e cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta” (FRANCISCO, 2013, p. 7).

2.4 A ALTERNATIVA DA SUSTENTABILIDADE

As mudanças de hábitos não estão interligadas somente com a vontade de fazer a diferença, mas também de propiciar condições para que a mudança seja efetiva. Na educação, os agentes educacionais como professores, coordenadores, diretores e todos os colaboradores da instituição, apresentam a ânsia de mudanças ambientais, entretanto as condições nem sempre são favoráveis a isto.

A ONU apresentou uma matéria em seu site que mostra a situação de diversos discentes, conforme a ONU cerca de 40% dos alunos não possuem saneamento básico e água

potável em suas escolas. “Além disso, de acordo com o Censo Escolar 2018, 26% das escolas brasileiras não têm acesso a abastecimento público de água. Quase metade (49%) das escolas brasileiras não tem acesso à rede pública de esgoto” (ONU, 2020, p.1). Com isto, a higienização das mãos torna-se precária ou inexistente devido à falta de saneamento básico para as instituições públicas de ensino.

Em consequência da pandemia da COVID-19, as aulas foram suspensas, entretanto sua volta é cogitada pelos governantes estaduais e municipais. A Organização Mundial de Saúde afirma que 43% das escolas em todo o mundo não tinham instalações básicas para lavagem das mãos com água e sabão em 2019 – uma condição fundamental para que sejam capazes de operar com segurança em meio à pandemia da COVID-19. Com isso, a cogitação de volta as aulas traz consigo uma preocupação enorme com a saúde dos discentes, professores e também comunidade escolar. Assim, a necessidade de mudanças e hábitos vai além das paredes das escolas, mas depende também de políticas públicas efetivas para condições básicas de saúde e educação.

Conforme Campos (2012), o termo sustentabilidade nasceu na década de 70, com os debates e discussões sobre o meio ambiente em conferências e eventos em prol desta causa. Defendia-se um desenvolvimento que assegurasse o bem-estar das futuras gerações, ou seja, cuidar hoje para que no futuro a natureza esteja cuidada e habitável. Assim, o termo sustentabilidade ganhou força nos meios de comunicação, tendo em vista a preocupação com as ações do ser humano na natureza.

Discutia-se a necessidade de substituir a utilização dos recursos naturais – em vias de esgotamento – por produtos renováveis, abandonando-se, progressivamente, a era do carbono, que aquece a atmosfera, e avançando para o uso de energias limpas, que não poluem, não degradam (CAMPOS, 2012, p. 6).

A sustentabilidade é a concordância de que se deve reduzir o consumo ou transformá-lo em consumo consciente. Com o termo nas mídias sociais e sendo conhecido pelo mundo todo, políticos e neoliberais compram a ideia de sustentabilidade para que não se lute contra, mas apoie esta causa de modo que não se reduza os grandes lucros do capitalismo, visto que esse movimento traria quedas a produção capitalista. “Por isto a ideia de sustentabilidade foi rapidamente incorporada à própria ideia de exploração capitalista, voltada para a exploração da natureza até os seus últimos suspiros desde que o lucro da empresa seja sustentável” (CAMPOS, 2012, p. 6).

Com o capitalismo o consumo tornou-se enorme resultando assim em lixo excedente ao apropriado, mas outro fator que também preocupa são as mudanças climáticas resultante do aquecimento global devido ao excesso de consumo. Este caso é alarmante, assim, a ONU realiza conferências anuais para esta discussão, uma vez que lutam pela redução de emissão de gases poluentes (CAMPOS, 2012, p.9).

A sustentabilidade abrange o campo de mudanças sociais, pois se refere ao desenvolvimento sustentável que visa à preservação dos benefícios que a natureza apresenta, abarcando meios eficazes de cuidado para as gerações futuras, pois a exploração da sociedade se tornou extremamente perigosa. De acordo com o site do Meio Ambiente, a Agenda 21 Brasileira é uma organização de planejamentos sociais, que conseqüentemente refere-se à sustentabilidade. Esta ferramenta importante serve para abarcar as conservações ambientais.

O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País (BRASIL, s.d).

A educação entra em foco com esse campo de sustentabilidade, acarretando projetos escolares que visam o meio ambiente como prioridade social. Assim, as escolas conseguem estabelecer a realidade do meio, e despertar o interesse dos discentes em mudanças positivas. Os pontos básicos devem ser trabalhados, é importante que os educandos entendam as questões governamentais de um modo mais claro, e percebam que existe algo maior pensando no meio ambiente como um todo. Desse modo, com seus pensamentos positivos, diversos projetos sociais podem acontecer com o auxílio da escola, visto que a educação é sempre a primeira a amparar os discentes dessa realidade (CAMPOS, 2012, p.9).

Sendo assim, conforme Trindade (1993 *apud* Campos, 2012, p. 10) “cada ser humano, como portador e criador de cultura, há de contribuir para transformar a realidade. E esta cultura, ao abrigar valores comuns superiores, será o substrato do direito comum da humanidade que desponta neste novo século”. Com isso, pode-se observar que a educação ambiental transforma e contribui para a sociedade, pois na criação de valores a consciência ambiental refletirá no cotidiano, abrangendo a sustentabilidade para as gerações futuras.

2.5 E A ESCOLA COMO FICA NESSE DEBATE?

A Educação Ambiental tem sido uma ferramenta importante para a sociedade, principalmente na comunidade escolar, visto que ela acarreta entendimentos de conscientização nos discentes, englobando organizações de projetos sustentáveis. As escolas têm se aprimorado nesse conceito para instruir ensinamentos eficazes aos alunos, que por meio de muito aprendizado organizam conhecimentos específicos, abrangendo o conceito de mudança, seja em casa, escola, e até mesmo em restaurantes/lanchonetes. A partir destes conhecimentos, os discentes conseguem olhar o todo, pois entendem que as mudanças não devem ser vistas em apenas um ambiente, mas sim no conjunto de todas as áreas que vivemos.

A Educação Ambiental é uma temática que pode ser explorada em qualquer disciplina, o professor deve ser mediador e organizar o conteúdo que se adapte com a aula, trazendo representações do cotidiano. Nesse sentido, é uma das obrigações e finalidade da escola formar para responsabilidade social, ética e humana para com o meio ambiente. Há um arcabouço de legislação sobre tal temática, que legitima tal atribuição. Como exemplo, a LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, cuja finalidade principiológica acena. Nesse sentido, a LDB traz que os currículos devem abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, mas sem prioridade a questão ambiental. Conforme Brasil (1999):

A Lei de Diretrizes e Base (LDB), instituída pela Lei 9.394 de 30/11/96, não estabeleceu nenhuma disposição sobre educação ambiental e sequer a cita expressamente. Apenas com muita boa vontade é que se pode atribuir ao legislador alguma intenção de tratar esse tema ainda que de modo indireto (BRASIL, 1999, p.10).

A partir de 1997 este cenário começou a evoluir e progredir. Com a Declaração Brasileira para Educação Ambiental pautada em conferências internacionais como a Carta de Belgrado, de Tbilizi, da Agenda 21 e de outras reuniões. Desse modo, a Educação Ambiental passou a ser vista e entendida como instrumento transformador de sustentabilidade dentro e fora da escola.

Conforme a Lei 9795/99, a Educação Ambiental são “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo,

essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” A Lei citada traz enfoque na Educação Ambiental, na qual é vista como parte do currículo formador do educando, garantindo o direito ao acesso do conhecimento ambiental para todas as instituições de ensino dentro do país. Esta referida lei fora inspirada em diversas conferências sobre o meio ambiente nacional e internacional, trazendo direitos e o desenvolvimento sustentável para as escolas nacionais.

Conforme Britto (2012):

A lei estabelece, ainda, que a educação ambiental é componente essencial e permanente da educação nacional, e define seus princípios, objetivos, linhas de ação e órgãos responsáveis por sua execução. No contexto da educação escolar, esclarece que a educação ambiental deve ser desenvolvida como prática educativa integrada, facultando-se a criação de disciplina específica apenas nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental. Determina, também, que a dimensão ambiental seja inserida nos currículos de formação docente e que seja oferecida formação complementar na área para os professores em atividade (BRITTO, 2012, p. 03).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais Meio Ambiente e Saúde (1997), faz-se necessária à aquisição de conhecimentos sobre o Meio Ambiente, tendo em vista que se podem realizar trabalhos com alunos, mas também, por natureza o assunto torna-se pertinente a todos.

Os bens da Terra são um patrimônio de toda a humanidade. Seu uso deve estar sujeito a regras de respeito às condições básicas da vida no mundo, dentre elas a qualidade de vida de quantos dependam desses bens e do espaço do entorno em que eles são extraídos ou processados. Deve-se cuidar, portanto, para que esse uso pelos seres humanos seja conservativo, isto é, que gere o menor impacto possível e respeite as condições de sustentabilidade, de máxima renovabilidade possível dos recursos (BRASIL, 1997, p. 49).

Assim, a Educação Ambiental torna-se necessária dentro das escolas, visto que com ela deve ser desenvolvida a construção da consciência global das questões relativas ao meio ambiente para que possam assumir posições afinadas com valores referentes à proteção e melhoria.

As questões ambientais perpassam situações econômicas, pois a preocupação com o meio ambiente é global. Com isto, o trabalho com a realidade do discente torna-se pertinente, uma vez que o conhecimento do meio ambiente não pode ser de forma linear, mas sim diversificada. A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa

compreender os problemas que afetam sua vida, sua comunidade e também seu planeta (BRASIL, 1997, p. 48).

Desenvolvendo a Educação Ambiental nas escolas o discente adquire o conhecimento ambiental local, ou seja, de sua realidade podendo transformá-la. Para isso, o ensino deve ser voltado a proporcionar oportunidades de aplicação do conhecimento do aluno em sua realidade local, resultando no aprendizado efetivo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (1997), o meio ambiente deve ser observado como um auxiliador de todos os conteúdos curriculares, pois é através dele que os discentes podem pesquisar, observar e anotar, voltando diretamente conhecimentos significativos para o ensino das demais disciplinas, como: Português e Matemática, entre as demais matérias que os docentes podem e devem englobar com seus devidos conhecimentos de estudos específicos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais apresentam grande importância na educação, visto que apresentam princípios e fundamentos, abrangendo as competências e normas necessárias da educação básica para todos, aprimorando a elaboração dos currículos de todas as instituições, de modo que a realidade de cada escola seja analisada individualmente.

Segundo o Ministério da Educação, a Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, onde organiza todo embasamento de leis existentes que se aplicam à modalidade do assunto meio ambiente, trazendo novas organizações e meios de associação para os trabalhos com a educação. O art.17 – III - dispõe de organizações da Lei 9795/99, que traz meios de explicar os objetivos que a comunidade escolar deve estar preparada para trabalhar, de modo democrático para um melhor posicionamento na instituição.

III - promover: a) observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros; b) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública; c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania; d) experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra; e) trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e

na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis (BRASIL, 2012).

Estes meios auxiliam o conhecimento de ambiente, pois visam à realidade de cada comunidade escolar, agregando meios positivos de projetos sustentáveis para melhor posicionamento com o ambiente.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) é um documento que vem para nortear as disciplinas que correspondem à educação básica. Ela direciona os conteúdos, entrelaçando as questões ambientais do dia a dia juntamente com a disciplina de Ciências, evidentemente todas as disciplinas se enquadram nas questões ambientais, porém a de Ciências já traz um olhar mais específico sobre este assunto. Entretanto, questões ambientais também são abordadas na disciplina de Ensino Religioso, em razão da relação do homem com a natureza, bem como suas tradições e crenças elencadas ao meio ambiente. A BNCC também traz o meio ambiente em Geografia, visto que há órgãos responsáveis por buscar melhorias da qualidade de vida em questões ambientais e se faz necessário identificá-los.

O Referencial Curricular do Paraná apresenta aspectos positivos em seu documento, pois visa à questão do meio ambiente e sua ligação na educação, trazendo representações reais de trabalhos voltados à proteção. As questões do desenvolvimento humano ganham foco, pois há necessidade de conhecimento com a atual realidade. Assim, as escolas têm como plano as transições para se tornar em um espaço de sustentabilidade, visando sempre o melhor para a sociedade, “integrando e articulando as seguintes dimensões: o currículo, a gestão democrática e a estrutura física, como estabelecido no art. 13, inciso V, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - DCNEA” (PARANÁ, 2018, p. 12).

A Educação Ambiental traz como objetivo principal a socialização dos conhecimentos naturais, englobando conhecimentos científicos designados pelos homens. De acordo com o Referencial Curricular do Paraná (2018), a aprendizagem deve nortear o entendimento de ligação entre ciências e tecnologia, provocando o alcance de conhecimento sobre mundo e as relações com os fenômenos naturais, definindo relações voltadas para evolução e biodiversidade.

É necessário que a escola organize seu planejamento com foco nos projetos ambientais, pois não há meios de realizar sem planejar. Evidentemente, a questão ambiental é desafiadora para a instituição como um todo, mas o reconhecimento de ver discentes ativos e preparados para solucionar e opinar é gratificante. As escolas têm se aprimorado muito nesse conceito para instruir ensinamentos eficazes aos alunos, que por meio de muito aprendizado

organizam conhecimentos específicos, incorporando o conceito de mudança, em todos os aspectos do seu cotidiano.

Os discentes devem apresentar olhares de transformação referente ao assunto meio ambiente, visto que eles serão os responsáveis pela qualidade natural do mundo, aquilo que idealizarem no presente se provará no futuro. De fato, é bem mais fácil conscientizar crianças do que adultos, se estes se propuserem a realizar os ensinamentos aprendidos em sala o mundo será diferente, pois assim, eles ensinarão seus sucessores e aos poucos vão acabando com tantos desleixos da sociedade. Deste modo, nota-se a importância de um professor preparado para estes ensinamentos.

O Currículo Municipal de Cascavel (2014) traz a educação ambiental na disciplina de Ciências, tendo como objeto de conhecimento meio ambiente, Saúde e Trabalho, o qual aborda o conhecimento e ação do homem com a natureza. Toda relação com o meio torna-se pertinente nesta discussão, pois o ambiente que temos hoje é resultado desta relação e ação do homem com o meio.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná apresenta organizações voltadas para a educação básica, expondo aspectos a serem seguidos. Segundo a Secretaria, o portal Dia a Dia Educação traz pontos específicos de alunos, educadores, gestão e comunidade, assim, há meios e estruturas para direcionar os recursos disponíveis para atender a toda essa clientela. De acordo com o portal, há uma aba específica para a Educação Ambiental no campo Gestão escolar/Pedagógica, especificando todos os pontos para melhor entendimento do assunto.

O portal Dia a Dia Educação expõe explicações de Leis que amparam a Educação Ambiental, e também os princípios e benefícios deste conteúdo nas escolas. Há apontamentos da importância dessa temática no Projeto Político Pedagógico - PPP, e explicações de como abordar de forma interdisciplinar este ponto nas escolas, agregando representações que enalteçam a grande relevância de trabalhar este quesito em todas as disciplinas. Segundo o portal, existem alguns programas e ações desenvolvidos pela Educação Ambiental: Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo meio Ambiente, Cadernos Temáticos, Documentos Oficiais, Boas Práticas Ambientais, Escolas Interativas, Educação Ambiental, Programa Parque Escola, Programa Sustentabilidade - da Escola ao Rio, Projeto Solo na Escola, Recursos Didáticos e Semana do Meio Ambiente. Alguns programas não têm mais continuidade, porém o portal expõe todos os projetos já trabalhados.

A Educação Ambiental tem grande espaço no portal Dia a Dia Educação, o que é extremamente importante, visto que este assunto tem sido cada vez mais reconhecido em todos os lugares, em foco no âmbito educacional. Os programas e ações vêm para nortear os

educadores, como formação continuada neste tema, assim há diversas parcerias que desenvolvem cursos e palestras para melhor conhecimento e repasse em sala. O portal conta com a ferramenta Escola Interativa, a qual busca organizar transmissões ao vivo com diversos temas que abrangem as necessidades da educação, visando a formação pedagógica de forma fácil para os profissionais. De acordo com o portal, na semana do Meio Ambiente são ofertados cursos e palestras através da ferramenta, tudo organizado pela Equipe de Educação Ambiental da SEED.

O sistema apresenta estruturas de qualidade para a Educação Ambiental, principalmente para os professores, pois a plataforma expõe cursos, palestras, transmissões, projetos e documentos norteadores, assim, há meios e métodos de exploração para melhor aprimoramento e ensino.

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED traz informações relevantes em seu portal, como formações continuadas, documentos norteadores, currículo, organogramas e esclarecimentos sobre o trabalho desta secretaria durante cada período político. Entretanto, as formações continuadas ofertadas pelo município não acarretam a Educação Ambiental, muito menos sua aplicação dentro das instituições de ensino.

A SEMED, oferta em torno de 12 formações continuadas ao ano, variando seus temas e assuntos. Desde 2017, não é ofertada uma formação com o tema meio ambiente e sua aplicação dentro da instituição. Em seu portal, a Secretaria Municipal não expõe projetos visando a sustentabilidade e consumo consciente, tampouco a exposição de trabalhos pedagógicos com este tema.

O Portal do Município tem como objetivo demonstrar a transparência do trabalho político, entretanto não visa à transparência da educação, demonstrando os trabalhos pedagógicos com suma importância para a transformação do cidadão. A SEMED não desenvolve projetos em prol do meio ambiente, cada escola opta por abordar este tema ou não. Normalmente, esta iniciativa surge de professoras da disciplina de Ciências, as quais criam projetos e aplicam com a supervisão da coordenação da escola.

Todas as organizações citadas têm como princípio executar os aspectos da Educação, trazendo representações com foco na Educação Ambiental, explicitando os pontos positivos que vem para somar na formação e conscientização dos alunos. Assim, há meios de prevenção para um futuro melhor, visto que há embasamentos em projetos desde a educação básica.

2.6 A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS PARA A FORMAÇÃO DE MENTALIDADE PARA O MEIO AMBIENTE

A participação familiar no processo de aprendizagem dos alunos é de extrema importância para que sua aquisição de conhecimento seja efetiva e integral. Na Educação Ambiental esta mediação também se faz importante para a efetivação dos conhecimentos. Enfatiza-se que, “família, portanto, é a unidade básica da sociedade formada por indivíduos com ascendentes em comum ou ligada por laços de afetividade” (BONACHELA, 2010, p. 249).

Ainda para a autora, os problemas do planeta não podem ser compreendidos isoladamente, mas interligados e interdependentes, e baseado numa visão de mundo muito mais ecológica e ampla está a Educação Ambiental. A Educação Ambiental vai além da instituição escolar, tendo em vista que assim como os problemas ambientais não são individuais, o ser humano também não se mantém sozinho.

De acordo com Bonachela (2010):

O art. 225 da Constituição Federal proclama que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e, em seguida, por diversos incisos, discorrem sobre as incumbências do Poder Público para assegurar a efetividade desse direito (BONACHELA, 2010, p. 249).

Com isto, pode-se observar que a construção da consciência ambiental é um trabalho árduo e grupal. Os legisladores constitucionais percebem este trabalho e diminuem sua responsabilidade com a escola e a família, porém muitas vezes a escola sozinha não consegue transformar a realidade do discente se a família não auxiliar neste processo. A instituição de ensino parte do diagnóstico do aluno, a partir de sua bagagem de conhecimentos o docente trabalhará questões ambientais de maneira formal e que devem ser reforçadas em casa com apoio da família informalmente.

2.7 O PARADIGMA

A crise ambiental demanda urgência. Está claro que a ação do homem sobre a natureza é a responsável dos desastres ambientais colocando muitas vidas do planeta em risco. Por este

motivo se faz necessário à transformação da mentalidade humana perante as questões ambientais.

Existem três propostas favoráveis ao meio ambiente que se associam: a Pedagogia do 3R's, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental. É preciso criar um novo tipo de relação com a natureza, sendo necessário sair do comodismo e do conforto oferecido pela sociedade de consumo e avançar em busca da sustentabilidade (ALBUQUERQUE, 2007, p. 74).

A Pedagogia dos 3R's envolve reduzir, reutilizar e reciclar. Com esta ideia podemos continuar usufruindo de maneira consciente os recursos naturais sem afetar a distribuição da natureza.

Conforme Albuquerque (2007) a Pedagogia dos 3R's inicia-se pela redução dos resíduos produzidos, alterando para produtos com maior durabilidade e longevidade. Seguido da reutilização dos objetos cotidianos para a redução do acúmulo de lixo. E por último reciclar, ou seja, transformar materiais inúteis em produtos ou matéria-prima, reduzindo o acúmulo de lixo e poupando energia sem desperdiçar materiais e produtos valiosos.

Os 3R's vão ao contrário as ideias de consumismo, desperdício e acúmulo de materiais e energia. Esta proposta é simples e pertinente, entretanto o processo pelo qual os indivíduos precisam passar para chegar a realizar os 3R's é árdua e gradual, bem como a conscientização de todo esse processo.

Reduzir: evite comprar produtos dos quais não necessita; utilize os produtos até o fim; prepare as refeições no exato limite de suas necessidades;

Reutilizar: guarde os alimentos em recipientes que você poderá utilizar novamente, e não em papéis de alumínio ou plástico; utilize os restos orgânicos de seu lixo doméstico para adubar seu jardim ou horta.

Reciclar: compre produtos reciclados ou biodegradáveis sempre que possível; separe o lixo nas latas de coleta seletiva (papéis, vidros, metais, plásticos e orgânicos).

Segundo Albuquerque (2007), uma grande crítica que se faz à Pedagogia dos 3R's é que ela apenas passaria a responsabilidade dos problemas socioambientais para a população, quando na verdade os maiores poluidores seriam as grandes indústrias. Deste modo, esta proposta não exclui a participação política contra a poluição e extorsão de recursos naturais, mas pelo contrário ativa os incentivos de consciência para um desenvolvimento sustentável social e político.

Para a proposta do desenvolvimento sustentável, Albuquerque (2007) propõe:

O modelo de desenvolvimento sustentável é baseado nas seguintes premissas: 1) dependência do suprimento externo contínuo de energia (Sol); 2) uso racional da energia e da matéria com ênfase à conservação, em contraposição ao desperdício; 3) reciclagem e reutilização dos materiais; 4) controle da poluição, gerando menos resíduos; 5) controle do crescimento populacional em níveis sustentáveis, com perspectivas de estabilização da população (ALBUQUERQUE, 2007, p. 84).

Em consonância com a proposta da Pedagogia dos 3R's o Desenvolvimento Sustentável visa à redução, reutilização e também a reciclagem dos materiais sem gerar acúmulos desnecessários para o planeta, junto com a utilização de energias alternativas para diminuir o gasto de matérias finitas.

Contudo, mais do que tornar o modelo de desenvolvimento sustentável, precisam-se redefinir as bases de nossa sociedade, de forma a torná-la mais justa, onde todos tenham acesso ao necessário para sua sobrevivência (ALBUQUERQUE, 2007, p. 85). Aplicar a Educação Ambiental para a conscientização da comunidade escolar e destacar que é necessário o cuidado com o meio ambiente e os recursos que ele proporciona, pois as matérias ofertadas pela natureza não são infinitas e se não preservadas resultará na falta de recursos para questões básicas de sobrevivência.

Vale ressaltar que há meios de organização sustentável na sociedade para todos, não constando somente a educação, pois é necessário que todos saibam a importância de movimentos positivos para o meio. O site oficial do Ministério do Meio Ambiente traz a organização de Programas de Governo, o qual visa à sustentabilidade na sociedade, são eles: Agenda 21, Água Doce, Águas Subterrâneas, Arpa, Bolsa Verde, Cadastro Ambiental Rural - CAR, Cerrado Sustentável, Combate a Desertificação, Corredores Ecológicos, Educação Ambiental, Florestas, Projeto Orla, Proteção das Florestas Tropicais, Revitalização de Bacias e Zoneamento Ecológico Econômico.

De acordo com o site do Ministério do Meio Ambiente, todos os programas citados vêm para agregar qualidade de vida, entrelaçando as questões ambientais que existem no meio, assim, estes têm como função: demarcar projetos sustentáveis na sociedade, organizar meios voltados para a qualidade da água, coordenar conservação de florestas - questão de desmatamento, constituir conservação de ambientes que produzem recursos naturais - estímulo para uso adequado do meio, integrar meios de preservação das áreas de Reserva Legal e Áreas Restritas, reduzir os impactos negativos no bioma Cerrado, entre outras que o site apresenta. Todas as funções contam com a organização da sociedade e Poder Público, representando eficiência em Leis para a preservação de todos os recursos necessários para sobrevivência.

Estas organizações servem de alerta, visto que não seriam necessários tantos projetos se houvesse um pouco mais de conscientização na sociedade, porém, estas ofertas do Governo vêm para focar no que está se perdendo, e através deste ponto a formação do cidadão em desenvolvimento. Sendo assim, muda-se o olhar e os hábitos também, começando dentro de casa e comunidade, evidenciando que as mudanças são necessárias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os fatos mencionados no decorrer do estudo, pode-se observar que a discussão sobre o meio ambiente e sustentabilidade é trazida ao longo dos anos de maneira que acarreta os problemas atuais. A sustentabilidade ambiental surgiu a partir da década de 70 com conferências e discussões que abordam o tema. Desde essa época observa-se a necessidade de ações para a conscientização populacional, tendo em vista a preocupação com as gerações futuras. Atualmente, esta necessidade ainda é existente na sociedade, entretanto houve evolução nas discussões sobre o meio ambiente tornando a conscientização mais viável e realista.

As propostas de conscientização andam lado a lado com a política e a educação. A política deve abranger legislações que assegurem o bem da natureza juntamente com os direitos da educação para desenvolver a conscientização nas crianças a partir de suas realidades, dado que é mais descomplicado este trabalho de compreensão ambiental nos pequenos.

Os representantes políticos demonstram preocupação com questões ambientais somente quando os convém, como em anos eleitorais, pois no restante do ano/mandato utilizam de antolhos para enxergar somente o que lhes competem lucros, bem como, o governo atual que almejava extinguir o Ministério do Meio Ambiente. Legislações não são somente para ser sancionadas sem que haja efetivação desta, posto que cada lei criada e aprovada tenha o objetivo de melhoria para a sociedade.

A Educação Ambiental passou a ser vista como currículo formador a partir de 1999, com a Lei nº 9795/99, a qual traz enfoque a este tema. Mesmo com as propostas postas a partir de 1970, somente 29 anos depois, surgiu uma legislação específica para a Educação Ambiental. A urgência de conscientização não é um problema atual, mas como mencionado anteriormente, desde o século passado se discute essa problemática, porém como visto no caso da educação, as legislações demoram a serem escritas e também tornar-se efetivas.

O papel da Educação Ambiental perpassa a instituição de ensino, ela também acarreta a interação do discente com a família, bem como todo o ciclo de ensino. As questões ambientais não são discussões isoladas, tampouco individuais, assim, a interferência da família torna-se ferramenta indispensável na construção da conscientização do aluno e também da comunidade escolar de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza: crise socioambiental**. Fundação Oswaldo Cruz: FIOCRUZ, RJ, v. 1, n.1, p. 2-96, dez./2007.

BONACHELA, Daniela Pinheiro. Educação Ambiental: um importante papel da família. **Rev. Direito Público**, Londrina, v.5, n.3, p. 236-253, dez. 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Brasília, 1997, 128p.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF; MEC: 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <https://mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira#:~:text=A%20Agenda%2021%20Brasileira%20%C3%A9,social%20e%20o%20crescimento%20econ%C3%B4mico>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Marina Silva recebe o maior prêmio de meio ambiente das Nações Unidas**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/3843-marina-silva-recebe-o-maior-premio-de-meio-ambiente-das-nacoes-unidas.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Para conter queimadas, Governo Federal aumenta em 50% contratação de brigadistas nos últimos 5 anos**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15823-para-conter-queimadas%2C-governo-federal-aumenta-em-50-contrata%C3%A7%C3%A3o-de-brigadistas-nos-%C3%BAltimos-5-anos.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Programas de Governo**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/component/k2/item/8272-programas-mma>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente Órgão Gestor da PNEA. **Educação Ambiental: Por um Brasil Sustentável.** Brasília, n. 5, p. 1-104, set./2020. Disponível em: file:///C:/Users/diego/Downloads/Pronea_final_2.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

BRITTO, Tatiane. **Educação e Sustentabilidade.** 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/educacao-e-sustentabilidade>> Acesso: 1 set. 2020.

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal: Educação infantil e ensino fundamental - anos iniciais.** AMOP, 2014, 293p.

FRANCISCO, Santo Padre. **Carta Encíclica Laudato Si' Do Santo Padre Francisco:** sobre o cuidado da casa comum. 1 ed. Vaticano: Vaticano, 2013, p. 2-88.

G1. GLOBO. **Psicose antiambientalista de Bolsonaro.** Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/07/29/psicose-antiambientalista-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 7 set. 2020.

O GLOBO. **Marina responsabiliza Temer e Dilma por retrocessos na área ambiental.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/marina-responsabiliza-temer-dilma-por-retrocessos-na-area-ambiental-22880711>. Acesso em: 8 set. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente,** 2020. Disponível em : <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 25/08/2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Educação Ambiental.** Curitiba: SEED. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=55>. Acesso em: 1 out. 2020.

_____. **Referencial Curricular do Paraná:** Princípios, direitos e orientações. 1. ed. Paraná: [s.n.], 2018. p. 1-807.

PORTAL MEC. **EA Legal.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>> Acesso em: 01 set. 2020.

PORTAL MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 01 set. 2020.

PORTAL MEC. **Resolução nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf> Acesso em: 01 set. 2020.

RIO+ 20. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 1 set. 2020.

YOUTUBE. COP 25: discurso Greta Thunberg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uoKJcBMQRnA>. Acesso em: 18 ago. 2020.